

TEXTO 1

Compreendendo o Fenômeno do Cyberbullying (fragmento)

Guilherme Welter Wendt. Unit for School and Family Studies of the Goldsmiths College at University of London, London, Grã-Bretanha.

Carolina Saraiva de Macedo Lisboa. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Não se pode negar, nos dias atuais, a influência das novas tecnologias da informação e comunicação. Vive-se em um mundo globalizado e virtual. Esse cenário contemporâneo apresenta inúmeras alternativas que se descortinam quando um sujeito é capaz de, em um único clique, entrar em contato e interagir com as mais diversas possibilidades de expressão de opiniões, sentimentos e desejos. Assim, já é relativamente consenso que as crianças e adolescentes, hoje, se desenvolvem com uma consciência global, sendo tal movimento impulsionado pelas TIC's. Com efeito, os jovens nascidos em um mundo permeado por estas tecnologias são chamados de nativos digitais (Palfrey & Gasser, 2011). A interação dos indivíduos com estas novas tecnologias da informação e comunicação transformou inúmeros aspectos do relacionamento interpessoal e, por consequência, dos processos de representação da identidade, formas de aprendizagem e de relacionamento (Arnett, 2002). O entendimento sobre as influências do "mundo virtual" no desenvolvimento humano ainda necessita ser aprofundado. Observa-se que o uso e contato com as TIC's não se restringe ou afeta jovens de uma cultura ou nível socioeconômico específico e tampouco se limita a uma faixa etária - infância, pré-adolescência ou adolescência. Muito se discute também com relação aos riscos e vantagens destes novos recursos. Ou seja, o uso de muitos recursos tecnológicos ao mesmo tempo (media multitasking) pode ser benéfico e estimulante aos jovens, mas, por outro lado, pode gerar irritação, baixa produtividade, aumento de ansiedade e problemas atencionais (Uhls, Espinoza, Greenfield, Subrahmanyam, & Šmahel, 2011). No que se refere aos comportamentos agressivos, como é possível inferir através dos estudos anteriormente descritos, o processo não é diferente e ainda necessita ser mais estudado.

O cyberbullying pode ocorrer em paralelo ao processo do bullying, razão pela qual diversas nações têm se empenhado na elaboração de políticas focadas especificamente no combate destes dois fenômenos em conjunto (Raskauskas, & Stoltz, 2007; Smith, Smith, et al., 2008). Assim como as diferentes formas de interação interpessoal no contexto virtual, ainda se desconhece todas as características do cyberbullying, suas consequências em curto, médio e longo prazo, bem como o impacto nas crenças e comportamentos dos jovens (Olweus, 2012). A revisão de estudos realizada permite inferir que se trata de um fenômeno que pode acarretar em sérios prejuízos sociais, emocionais e cognitivos aos envolvidos, principalmente pelo seu caráter atemporal e pela magnitude de seu alcance. Uma vítima de cyberbullying, em geral, não tem para onde ir e se esquivar dessa violência. O cyberbullying constitui "uma realidade da era digital" (Langos, 2012, p. 285) que, de acordo com Smith (2010), é um fenômeno decorrente ou relacionado às diversas transformações que ocorreram no século XXI. Resultado ou consequência do avanço das TIC's, o cyberbullying é especialmente frequente entre crianças e adolescentes. Isso ocorre porque os nativos digitais (Palfrey & Gasser, 2011) são usuários ávidos e familiarizados com as tecnologias e internet. Entretanto, os mesmos não possuem plenas condições de distinguir entre aquilo que a tecnologia pode representar de positivo do que traduz-se como risco (Li, 2006). As pesquisas sobre cyberbullying sugerem que os jovens têm dificuldades de adequadamente dimensionar as reais consequências de seus atos agressivos e é

possível pensar que estas dificuldades sejam mais acentuadas e graves que nos casos de bullying. Investigações enfatizam o papel do monitoramento parental, das práticas educativas saudáveis, intervenções clínicas que possam psicoeducar adequadamente com relação ao fenômeno, além de estímulos variados para uma vinculação ajustada entre pais e filhos (Hinduja & Patchin, 2009; Lee & Chae, 2011; Valcke et al., 2010). Pode não ser novidade que a supervisão e limites dos pais favoreçam o desenvolvimento saudável dos filhos, mas diante desse novo cenário virtual constata-se que os pais necessitam de informações sobre o cyberbullying e TIC's de um modo geral. Assim, estes pais estarão mais capacitados para auxiliar, efetivamente, seus filhos na resolução de conflitos e na prevenção de eventos adversos neste cenário que possam impactar e prejudicar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Governo e empresas que atuam no ramo de tecnologia compartilham igualmente a responsabilidade em prover ações que garantam segurança ao uso das mais variadas TIC's por parte de populações mais vulneráveis (Palfrey & Gasser, 2011). No que diz respeito à Psicologia e, em especial à Psicologia Clínica, torna-se importante compreender os fatores de risco e proteção para a ocorrência do cyberbullying, assim como crenças e comportamentos relacionados a este novo fenômeno, visando o desenvolvimento de alternativas para a prevenção e intervenção psicológica (Patchin & Hinduja, 2010; Wendt & Lisboa, 2013). É importante salientar que identificar fatores de risco e proteção implica em uma análise aprofundada dos processos de desenvolvimento cognitivo e social dos jovens na atualidade. Investigações enfatizam que o cyberbullying pode prejudicar ou mesmo interromper o curso de desenvolvimento normativo dos jovens, como em casos de suicídio relacionados à experiência de vitimização online (Hinduja & Patchin, 2010, 2012). Ademais, pesquisas que constataram a associação entre o cyberbullying e níveis elevados de sintomas de depressão e ansiedade reforçam a ideia de que experimentar o fenômeno, tanto como vítima como na qualidade de agressor, pode impactar negativamente o curso desenvolvimental (Baker & Tanrikulu, 2010; Sourander et al., 2010). Em um futuro próximo, muitos questionamentos ainda surgirão sobre esta temática, pois, na medida em que as TIC's avançam e adentram mais e mais na vida dos indivíduos e nas instituições sociais, novas modalidades de interação, desenvolvimento e, por conseguinte, de agressão entre pares podem surgir. Assim, não se pretende esgotar o assunto, mas o presente estudo teve, primordialmente, a intenção de alertar e debater criticamente para a complexidade do processo de cyberbullying na atualidade. Abordagens focadas em investigar efeitos das tecnologias nos comportamentos dos jovens precisam ser substituídas por abordagens construtivistas e assertivas, que questionem e investiguem sobre os contextos de interação que os jovens vêm optando para si mesmos. Acredita-se que, na medida em que pais, educadores, responsáveis pela elaboração de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes e a sociedade de um modo geral tiverem adequada consciência dos aspectos positivos e negativos do uso das TIC's pelos mais jovens, assim como acerca do cyberbullying, atitudes preventivas e intervenções mais eficazes podem ser propostas.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000100004 – acesso em 15/05/2020

TEXTO 2:

LINCHAMENTOS VIRTUAIS: ENSAIO SOBRE O DESENTENDIMENTO HUMANO NA INTERNET (fragmento)

Eliane Tânia Freitas Mestre e doutora em Antropologia pela UFRJ, professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN.

É preciso que se tenha claro que, quando falamos aqui em exposição pública, não é da outrora utópica comunidade on-line mundial que estamos falando. Cada pessoa ou grupo que se conecta à internet e publica em um blog, site, grupo ou perfil em rede social está inserida em um segmento da Rede (Internet), e sua audiência – seja qual for, buscada e desejada ou não, incluindo-se aí as audiências invisíveis e as potenciais, de que o próprio sujeito pode não estar consciente e sobre as quais não consegue ter controle – será sempre determinada audiência particular.

Da mesma forma, para tentarmos compreender o que se passaria na experiência da agressão, da desmoralização pública e dos danos ou perda da reputação, precisamos ir além da caracterização geral dos públicos em rede (BOYD, 2007) e da hiperconectividade das redes sociais. Precisamos levar em conta que o reconhecimento que se busca, a audiência que se deseja, a rejeição que se teme não é, na mesma medida e intensidade, a de todos, um público vago e genérico, mas sim aquela dos pares com quem interagimos rotineiramente, dos conhecidos que manifestam por nós admiração e multiplicam nossos posts, das figuras públicas a quem admiramos e temos como referências. A percepção da Internet como rede global está fundamentada na possibilidade técnica real de sua estruturação e alcance, mas nada nos informa sobre como se concretizam nossas conexões e quais redes vamos, de fato, constituir por meio de nossos agenciamentos e práticas concretas. A Rede total dada, tomada como entidade em si, virtualmente global, não é e jamais poderia ser a nossa rede, ou melhor, nossas redes. Estas, na internet como na vida, somente vêm a existir na medida em que as criamos e as mantemos por meio de nossas ações, e seu alcance, como suas fronteiras, permanece instável, variando ao passo delas, bem como dos efeitos das ações dos demais atores sobre nós. Ainda assim, a escalabilidade dos conflitos que configuram o linchamento virtual certamente não seria a mesma sem os “públicos em rede” e a consequente hiperconectividade que eles trazem, no sentido apontado por danah boyd. Sobre a dimensão temporal dos linchamentos virtuais – em comum com eventos próximos, como a pornografia de vingança e demais formas de shaming –, pesam impressões aparentemente contraditórias. Por um lado, diz-se que logo estarão roendo outro osso, ou seja, os escândalos, dramas, denúncias sucedem-se em ritmo acelerado nas redes sociais e nisso haveria uma promessa de que vai passar logo, seja lá qual for o volume do escândalo e gravidade das consequências; por outro lado, também se diz, especialmente nessas situações, que a internet nunca esquece, o que já se constitui hoje em máxima do senso comum, mas também em preocupação que mobiliza, por exemplo, juristas em busca de soluções que assegurem o direito à retirada da Rede de postagens prejudiciais e da criação de mecanismos que inibam esse tipo de ação e forneça garantias à privacidade. Nesse plano, o que parece assustar e inflamar opiniões nos linchamentos virtuais – e na cultura da humilhação e do ódio, em geral – não são tanto as consequências individuais – para a reputação, por exemplo – quanto a tomada de consciência a que elas nos obrigam do pouco ou nenhum controle que podemos exercer sobre nossas ações, interações e suas repercussões, e sobre o dinamismo global das redes. O reconhecimento que alcançamos e de que gozamos nessas redes permanece refém de dinâmicas que lhes são intrínsecas e que ainda pouco compreendemos.

Neste sentido, o possível aumento da desconfiança e da percepção de risco nessas redes on-line vem sendo emulado por cruzadas morais promovidas por agentes sociais como governos, empresários, juristas, pesquisadores, dentre outros, e veiculadas pelas mídias e seus formadores de opinião – inclusive, nas redes sociais e internet em geral. Essas campanhas – raramente assumidas como tais e em alguns casos reproduzidas de modo irrefletido, como quando reproduzimos o discurso dos riscos, tomando as exceções (os casos graves) pela regra – tentam vender o combo censura & regulamentação, oferecendo como brinde suposta tranquilidade. Assim, faria sentido o emprego metafórico da noção de linchamento, pois o objetivo parece ser mesmo o de “carregar nas tintas” e mostrar que estaríamos convivendo com a barbárie pós-orkutização (popularização) das redes sociais. Outro termo muito utilizado, aliás – barbárie –, para descrever cenários de linchamentos virtuais. Isso não deixa de ser irônico em um país como o Brasil, no qual jovens negros são amarrados em postes e surrados até a morte, assim como travestis e supostas adeptas de “magia negra” – o que pode ser eufemismo para se referir às religiões de matriz afro-brasileira, outro segmento minoritário que não precisou esperar pela invenção das redes sociais para tornar-se alvo de discurso de ódio. Nenhuma campanha viral no Facebook seria capaz de produzir como resultado um linchamento nas ruas se já não houvesse “lá fora” uma sociedade pronta para espancar aqueles a quem cotidianamente estigmatiza. Como já afirmamos, a internet não é, do ponto de vista social, uma rede dada ou ambiente pronto no qual “entramos”, ao qual apenas adicionamos nossa presença; nossas redes dentro da Rede apenas existem em sua singularidade e concretude em um processo por meio do qual as vamos constituindo na medida em que as delineamos e vivenciamos através das conexões que estabelecemos. Estar na rede é abrir-se a conexões múltiplas e compor configurações únicas. Se hoje não gostamos do que vemos nos comentários das publicações de notícias, por exemplo, é improvável que a solução esteja no realismo identitário, na limitação da liberdade de expressão, na exacerbação da mútua vigilância, na troca de acusações e caçadas a bruxas. Mais produtivo seria examinarmos o que temos afinal cultivado em nossas experiências sociais, nas redes on-line e “fora” delas.

Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/555> - acesso em 15/05/2020